

A relação sujeito x objeto nos paradigmas positivista, marxista e institucionalista

The object X subject relation in positivistic, marxist and institutionalist paradigms

Everton Werneck¹

Resumo: O presente artigo discute a relação entre sujeito e objeto do conhecimento nos paradigmas científicos positivista, marxista e institucionalista. O objetivo é uma reflexão em perspectiva comparada dos citados paradigmas científicos. Trata-se de um escrito caudatário do paradigma crítico que, ao se deparar com as ideias básicas do institucionalismo e da análise institucional, percebe a pertinência de certo número de questionamentos aos paradigmas positivistas e críticos colocados pelo institucionalismo. Dentre eles, optou-se pela abordagem daquele que se refere à relação sujeito x objeto do conhecimento, em virtude de enxergarmos nesta um considerável potencial sociopolítico no sentido de uma radical transformação, rumo à autogestão social.

Palavras-chaves: Positivismo; Marxismo; Institucionalismo; Relação Sujeito e Objeto.

Abstract: This article discusses the relationship between the subject and the object of knowledge in the Positivist, Marxist and Institutional scientific paradigms. A reflection in a perspective that compares the scientific paradigms mentioned is the aim of the text. Following the critical paradigm which, when faced with the basic ideas of Institutionalism and those of the institutional analysis, realizes the pertinence of several of the Positivist and Critical paradigm's issues posed by Institutionalism. Among those, the approach that refers to the relationship between the subject and the object

¹ Graduado em ciências sociais pela Universidade Federal Fluminense; Mestre em serviço social pela Universidade do estado do Rio de Janeiro (UERJ); Professor de sociologia no ensino médio da rede estadual de educação do Rio de Janeiro. E-mail: evertonwerneck@ig.com.br

A relação sujeito x objeto nos paradigmas positivista, marxista e institucionalista

of knowledge was chosen, due to the fact that we see in it a considerable socio-political potential in regards to a radical social transformation, taking to the social self-management.

Keywords: Positivism; Marxism; Institutionalism; Relationship between Subject and Object.

Apresentação

Este artigo discute a relação entre sujeito e objeto do conhecimento nos paradigmas científicos positivista, marxista e institucionalista. O trabalho busca levar a cabo uma reflexão em perspectiva comparada dos citados paradigmas científicos.

Este escrito é resultado das primeiras aproximações de um cientista social com o paradigma institucionalista, após mais de uma década de formação e trajetória intelectual ligada ao paradigma marxista. Assim sendo, não se poderia esperar uma completa e irretocável exposição de um “institucionalista”. Isto porque, conforme assinalaram Baremlitt (2002) e Lourau (1993), duas grandes referências no seio de tal movimento, a multirreferencialidade é um dos traços marcantes do institucionalismo, logo se fazendo necessários amplos e sólidos conhecimentos em distintas áreas, como a psicologia, a sociologia, a psicanálise, entre outras, para que se possa produzir uma análise “institucionalista”.

Trata-se de um escrito caudatário do paradigma crítico que, ao se deparar com as ideias básicas do institucionalismo e da análise institucional, percebe a pertinência de certo número de questionamentos aos paradigmas positivistas e críticos levadas a cabo pelo institucionalismo. Dentre elas, optou-se pela abordagem daquela que se refere à relação entre sujeito e objeto do conhecimento, em virtude de nela enxergar um considerável potencial sociopolítico no sentido de uma radical transformação social.

Como se pode ver, não se trata de uma leitura dogmática do marxismo. Entende-se aqui que esta pode e deve receber críticas, desde que feitas em prol do objetivo ético-político da construção de uma nova ordem social, socialista e autogestionária, objetivo que é partilhado também por Baremlitt (2002). Portanto, acredita-se que a crítica institucionalista aqui abordada teria muito a contribuir nesse sentido.

O artigo está estruturado da seguinte forma: numa primeira parte, um quadro geral das transformações engendradas pelo nascimento da modernidade capitalista² é esboçado, buscando enfatizar a importância e o papel desempenhado pelos conhecimentos científicos e filosóficos naquela nova forma de dominação que então se erigia; num segundo momento, faz-se uma sucinta apresentação do positivismo e, em seguida, da maneira como este entende a relação entre sujeito e objeto do conhecimento; Uma terceira parte destina-se à abordagem do paradigma marxista e a maneira como se dá a relação entre sujeito e objeto em seus limites. Uma quarta parte, voltada à abordagem do institucionalismo e ao seu entendimento dessa mesma relação; por fim, a última parte se destina a refletir sobre as críticas do institucionalismo aos paradigmas positivista e marxista no que tange à relação entre sujeito e objeto do conhecimento e, a partir disso, pensar acerca do potencial revolucionário de tais críticas e seu papel na luta pela transformação social.

O objetivo é realizar uma comparação entre os três paradigmas (positivista, marxista e institucionalista) no que diz respeito à relação entre sujeito e objeto do conhecimento, visando pôr a descoberto um triplo movimento histórico de: consolidação do ideário capitalista moderno (positivismo); crítica “parcial” à modernidade capitalista (marxismo); e crítica à modernidade capitalista como um todo (institucionalismo). Sendo assim, é este o percurso que se inicia agora.

I O conhecimento científico-filosófico e as bases da dominação moderna

A partir dos séculos XVII e XVIII, o mundo principia transformações sociais, políticas, econômicas e culturais de extensão e profundidades até então nunca vistas pela humanidade. Adentra a cena histórica o capitalismo moderno, com seus potenciais, limitações, antagonismos e progressos, estabelecendo um profundo corte com épocas e formações sociais anteriores. Uma era moderna que será, segundo Quintaneiros (2002), o objeto de análises daqueles que foram considerados

² Neste trabalho, foi adotada a designação “modernidade capitalista” nela englobando as experiências que no século passado ficaram conhecidas como “socialismo real”, partilhando da interpretação que enxerga nessas experiências tão somente uma variante de “capitalismo de Estado”, assim como Viana (1993).

A relação sujeito x objeto nos paradigmas positivista, marxista e institucionalista

os fundadores das ciências sociais: Émile Durkheim; Karl Marx e Max Weber.

A gênese e desenvolvimento inicial dessa modernidade capitalista, em seu aspecto econômico, foi muito bem retratada por Singer (1999). De acordo com este, durante muito tempo, o modo de produção capitalista, em suas principais características (produção para o mercado, busca da acumulação, trabalho assalariado, entre outras), sobreviveu nas entranhas do antigo modo de produção simples de mercadorias, atuando nos interstícios deste último. Segundo Singer (1999),_debaixo de uma mesma formação social, conviveriam distintos modos de produção, sendo somente um o principal, aquele que daria uma feição à formação social em questão, e outros sendo modos de produção subordinados, caso, na época retratada, do modo de produção capitalista.

Prosseguindo com Singer (1999), o capitalismo avança, ganha espaços e caminha rumo a tornar-se definitivamente o modo de produção dominante, em razão de sua relativamente maior produtividade em comparação à produção simples de mercadorias, no qual o próprio trabalhador seria o proprietário de seus meios de produção, geralmente operando-o individualmente ou em pequenas unidades de produção familiares, sendo essa limitada produção voltada para a troca no mercado. Como não poderia deixar de ser, o progressivo florescimento das relações de produção capitalistas engendraram uma série de conflitos com o antigo modo de produção dominante e seus representantes (as corporações de ofício, por exemplo, que monopolizavam ramos inteiros da economia).

Tal luta entre o jovem capitalismo e o antigo modo de produção simples de mercadorias foi muito bem retratada por Karl Polanyi (1980), em seu clássico “A grande transformação”. Nessa obra, o autor relata o avanço das relações de produção capitalistas, seus efeitos deletérios (crescimento exponencial da pobreza, desemprego, desarticulação da vida social e comunitária, entre outros), bem como as lutas contra o avanço da economia de mercado e resistências a este. Lutas que, como se sabe, terminaram com o estabelecimento da completa supremacia das relações de produção capitalistas.

Já no terreno sociopolítico, a modernidade se vê profundamente marcada pelo advento das revoluções liberais e burguesas. O historiador inglês Eric Hobsbawn (2005), em seu célebre “A era das revoluções”, ajuda-nos a caracterizar tais revoluções quando analisa detidamente a principal

das revoluções burguesas, a Revolução Francesa de 1789. Referenciado no paradigma marxiano da luta de classes, Hobsbawn (2005) retrata uma época na qual frações da burguesia que, embora em ascensão, encontravam-se parcial ou completamente excluídas do mundo dos privilégios, liderara camponeses, trabalhadores urbanos e pequena burguesia em luta contra a antiga ordem hierárquica. .

Para esta burguesia, ainda de acordo com Hobsbawn (2005), tratar-se-ia de vencer e pôr abaixo uma ordem política, social e cultural que já não servia aos seus ideais e interesses. Não obstante, deseja a classe em ascensão pôr termo aos últimos traços da antiga ordem, tais como os monopólios e privilégios gozados pela corte e pela nobreza, os entraves postos à livre circulação de mercadorias, pessoas e ideias, o rígido controle estatal, a exploração e toda sorte de abusos cometidos pela monarquia. Assim, tremulavam em mãos da burguesia ascendente bandeiras como: igualdade de todos perante a lei, fim das hierarquias e privilégios, plena liberdade individual, redução da opressiva máquina estatal, liberdade religiosa, a soberania popular enquanto única fonte legitimadora do poder político e etc (TRINDADE, 2002).

Para completar esse quadro de extensas e profundas transformações que marcaram o nascimento da modernidade capitalista, ao lado das revoluções sociais, políticas e econômicas, também houve uma radical mudança no plano cultural, movimento que, ao longo do século XVIII, ficou marcado pela alcunha de “Iluminismo”. Tratava-se de um movimento de decidida superação das explicações e ideias metafísicas sobre a realidade humana, superstições, monopólio intelectual da igreja, dentre outras, em favor de um novo ordenamento cultural e ideológico calcado no conhecimento racional do mundo e na crença otimista no progresso material e espiritual do homem proporcionados pelos conhecimentos científicos e filosóficos. Acreditava-se que a realidade, tanto natural quanto a social, eram governadas por leis invariáveis, cabendo à ciência e à filosofia o seu desvelamento a fim de promover o “progresso” e a “emancipação” humana (BURNS, 1959).

Assim, o nascimento da modernidade capitalista ficou radicalmente marcado pelos ideais das liberdades individuais, pela ideia de cidadania, de soberania popular, limitação dos poderes estatais, primado da razão e do conhecimento científico enquanto único conhecimento legítimo e capaz de levar o homem a um mundo de contínuo progresso. Segundo Bobbio

A relação sujeito x objeto nos paradigmas positivista, marxista e institucionalista

(1992), essas características advém de uma herança dessas grandes revoluções liberais para a cidadania e que perduraria até os dias atuais.

Porém, posteriormente, diversos autores, principalmente Karl Marx (1982, 2007), não pouparam críticas ao caráter inacabado ou idealista de tais bandeiras e promessas: sob o modo de produção capitalista e sua inerente torrente de antagonismos, contradições e injustiças, nunca poderia a humanidade alcançar a plena efetivação dessas aspirações (MARX, 1982, 2007). Também Trindade (2002) defende que as relações sociais capitalistas serão o grande empecilho para o cumprimento de tais promessas da modernidade³.

Sem embargo, é possível perceber, como o fez Santos (1997), que tanto Marx quanto outros críticos da modernidade capitalista partilhavam dos ideais defraudados pela modernidade, todavia acreditando que tais aspirações somente se tornariam efetivas quando da superação das relações de produção capitalistas. Vejamos:

Enquanto capitalismo, a modernidade é um projeto necessariamente incompleto. A ciência e o progresso, a liberdade e a igualdade, a racionalidade e a autonomia só podem ser plenamente cumpridas para além do capitalismo, e todo projeto político, científico e filosófico de Marx consiste em conceber e promover esse passo (SANTOS, 1997, p.23).

Dadas as condições históricas reinantes até meados do século XX⁴, ainda não era possível a Marx e outros enxergarem que, ao potencializarem a crença na onipresença e onipotência da razão e do conhecimento científico, construía-se uma nova forma de poder e dominação, além da dominação de classe. É para isso que Machado (2007) chama atenção ao fazer um breve apanhado do pensamento de Foucault:

³ Algo já abordado no trabalho *Capitalismo, socialismo e direito a liberdade. Sobre a questão da indissociabilidade dos direitos de cidadania*. Ver Almeida (2014).

⁴ Neste ponto reafirma-se a concepção materialista-histórica ao entender que o pensamento marxiano, datado do século XIX, ainda não gozava das condições históricas propícias para que pudesse observar com perspicácia o soerguimento da razão e do conhecimento científico em armas do poder e da dominação.

Todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas (...) Não há saber neutro. Todo saber é político (...) Todo saber tem sua gênese em relações de poder. (...) não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder (MACHADO, 2007, p.XXI).

Dessa forma, ao ler Foucault (2007), seja quando este discorre sobre o desenvolvimento da medicina, seja quando aborda o tema das prisões, compreende-se a ação positiva das relações de poder: “positiva” no sentido de que o poder não atuaria apenas em termos de repressão sobre individualidades, mas, sobretudo, na constituição e conformação de subjetividades aptas a servirem ao poder da forma mais produtiva possível. A partir da leitura de Foucault (2007), é possível pensar em uma relação de “retroalimentação” entre relações de poder e produção de conhecimento.

Prosseguindo em direção semelhante, Baremlitt (2002) escreve que a moderna civilização capitalista e industrial propiciou uma complexificação sem precedentes da vida social, tudo a partir de sua incomparável capacidade de produzir conhecimentos científicos e tecnológicos nunca antes vista pela humanidade. Contudo, continua Baremlitt (2002), esse mesmo “progresso” submeteu à dominação dos “especialistas” enorme contingente popular, que viu seus saberes e suas práticas comuns serem desqualificadas e relegadas a segundo plano, transformado em um tipo de conhecimento infinitamente menos qualificado do que o saber científico. Logo, Baremlitt (2002) assinala que tal fato contribuiu para aprofundar a dominação sobre as massas, que perdiam ainda mais a capacidade de gerir sua própria vida, na medida em que vestuário, transporte, habitação e etc, tudo passava ao controle dos “especialistas”.

O próprio Marx (1982) já havia observado, lá no século XIX, o tamanho da importância adquirida pelos conhecimentos científicos e tecnológicos a partir da hegemonia do modo de produção capitalista. Segundo Marx (1982), o permanente revolucionar de suas forças

| produtivas, e de suas condições de (re)-produção em geral, era marca indelével do então novo modo de produção, ainda mais quando comparado a modos de produção anteriores, nos quais a permanência e a imutabilidade constituíam uma de suas principais características.

Contudo, Marx não conseguira perceber, em boa parte de suas obras, que o enorme “progresso” científico e tecnológico propiciado pelo capitalismo não se dava de maneira neutra, mas, sim, “maculada” pela ideologia e pelos interesses dominantes. Isso é o que apontam, por exemplo, os estudos de Bernardo (1991), que pôde observar, em parte dos escritos marxianos, uma implícita tendência a considerar “neutros” os conhecimentos científico-tecnológicos engendrados sob o capitalismo, quando, em realidade, nascem, na maioria das vezes, sob o signo de objetivos como a extração de mais-valia e o aprofundamento do controle sobre o trabalho vivo, como se pode ver no trecho seguinte.

Segundo Karl Marx, o capitalismo articulava contraditoriamente a desorganização do mercado e a organização fabril e seria esta última que, desenvolvendo-se, constituiria a base da passagem ao modo de produção futuro, ao socialismo (...) O sistema de organização das empresas, as técnicas de gestão, a disciplina da força de trabalho, a maquinaria, embora nascidos e criados no capitalismo, fundamentariam a sua ultrapassagem e conteriam em germe as características do futuro modo de produção (...) Marx teve, para tal, de neutralizar a tecnologia, tanto a gestão e organização do trabalho como a maquinaria, torná-la independente das determinações do capitalismo, de maneira a fazê-la sustentar um modo de produção oposto àquele em que começara a sua existência (BERNARDO,1991,p.p.:310-311).

Assim, conclui-se que a modernidade capitalista, embora tenha posto um fim à dominação extraeconômica que caracterizava os antigos modos de produção (seja ela de caráter político, religioso ou tradicional), conforme defenderam Marx (1982), Wood (2003) e outros, instituindo em

seu lugar a pura e simples dominação econômica, colocou em seu lugar uma nova fonte de dominação e submissão das massas, calcada no racionalismo cientificista.

II. O positivismo enquanto consolidação do ideário capitalista moderno: a relação sujeito x objeto no positivismo

De acordo com Burns (1959), o iluminismo legara à modernidade um determinado modelo de saber científico, com seus métodos, teorias e *modus operandi* próprios, referenciados nas primeiras descobertas de nomes como Descartes, Newton e Locke, considerados “pais” da Revolução Intelectual do século XVIII. Para além das diversas características do método científico herdado daquele movimento intelectual, interessa, aqui, destacar a relação entre o sujeito cognoscente e seu objeto de estudos.

Burns (1959) informa que o iluminismo trouxera consigo a crença na razão enquanto único “guia infalível da sabedoria”, cabendo a ela agir como um “filtro” das impressões sensoriais. Além disso, essa mesma revolução intelectual nutria a crença de que o universo seria uma máquina governada por leis inflexíveis que o homem não poderia desprezar. Portanto, caberia a esse mesmo homem, sujeito cognoscente, a tarefa de, através do uso da razão, descobrir as leis naturais que regeriam o universo. Desse modelo depreende-se uma nítida demarcação entre o racional sujeito do conhecimento e o objeto de estudo, exterior ao primeiro e com suas leis de funcionamento aguardando para serem elucidadas, “descobertas” pelo sujeito racional e autônomo.

Entretanto, é preciso advertir que o modelo científico acima mencionado nascera circunscrito às ciências naturais e exatas. Burns (1959) destaca o enorme êxito obtido pela química, física, matemática, biologia e outras ciências. Tais progressos alcançados pelas ciências naturais e exatas foram destacados também em Quintaneiros (2002), uma vez que, assim, tais ciências tornaram-se parâmetros para as jovens ciências humanas, em especial para a sociologia em seus primórdios.

A questão da transposição automática do método encetado pelas ciências naturais e exatas para as ciências sociais tornou-se uma das maiores polêmicas que tomou conta das primeiras tentativas de constituição das ciências sociais, no decorrer do século XIX, conforme atestam as leituras de Quintaneiros (2002), Löwy (1994) e outros. Inclusive as obras de Émile Durkheim e Max Weber, considerados fundadores das

A relação sujeito x objeto nos paradigmas positivista, marxista e institucionalista

ciências sociais ao lado de Marx, são perpassadas pelo debate em torno da especificidade metodológica ou não das ciências sociais frente às demais ciências. No interior dessa grande discussão, é imprescindível abordar o papel protagonista da doutrina filosófica positivista ao afirmar a plena compatibilidade de métodos entre as ciências naturais e sociais, tendo como seu fundador e principal expoente, Augusto Comte.

Logo de saída, não se pode olvidar o fato de que o positivismo, desenvolvido na primeira metade do século XIX, simbolizava, até certo ponto, a cristalização dos ideais do capitalismo moderno. Tanto a leitura de Aron (1990), quanto de Löwy (1994), aponta o caráter essencialmente conservador da doutrina positivista, assim como chamam a atenção para o grau de influência dessa doutrina sobre o conhecimento científico produzido desde o século XIX até os dias atuais.

Sem embargo, na concepção de Augusto Comte, as sociedades de então vivenciavam um momento de transição: nesta, um velho tipo de sociedade, assente nos poderes teológico e militar, ficava para trás, ao passo em que nascia uma nova formação social, calcada na indústria e no conhecimento científico-positivo (ARON, 1990). Comte e a sua doutrina positivista refletiam as condições em que então se dava a transição rumo à ordem capitalista moderna; sendo partidário desta última, suas concepções afirmavam a superioridade dessa ordem social perante o arbítrio, a injustiça, o preconceito e ignorância reinantes na antiga ordem. Na doutrina positivista, a humanidade havia, enfim, alcançado o seu último estágio em um longo processo evolutivo com a chegada da modernidade capitalista; nesta, ainda de acordo com o positivismo, reinariam as luzes e a razão proporcionados pelo conhecimento científico, a justiça e a paz (ARON,1990).

Sendo assim, a doutrina positivista concedia ao conhecimento científico o papel de protagonista na inelutável marcha do progresso da humanidade sob a modernidade capitalista. Da mesma forma que as ciências naturais e exatas já haviam obtido formidáveis avanços, dando origem a uma série de inovações e tecnologias que muito significaram para a vida humana (BURNS, 1959), das ciências sociais o positivismo esperava o mesmo: empregar semelhante método científico no estudo da ordem social, pôr a descoberto as leis naturais de seu funcionamento e, a partir daí, alcançar a melhor ordem social, a ordem social “natural” (ARON, 1990). Nesses termos, ficavam excluídas quaisquer possibilidades de

utopia, de intervenção política humana, na medida em que já existiria uma ordem social “natural”, a melhor de todas, independente da vontade humana (LÖWY,1994). E é exatamente nesse ponto em que o viés conservador do pensamento positivista se manifesta plenamente: a melhor e mais “natural” ordem social coincidia, em seus traços essenciais, com a então jovem sociedade capitalista industrial daquela época: o industrialismo, a primazia absoluta do conhecimento científico tecnológico, as desigualdades e a concentração da propriedade em poucas mãos e etc.

Se o positivismo alimentava uma visão social decididamente conservadora e reificadora da ordem capitalista moderna (LÖWY, 1994), diferente disto não poderia se dar quando essa mesma doutrina aborda questões epistemológicas e, em particular, o tema da metodologia em ciências sociais. Aron (1990) assinala que o pensamento positivista de Comte dividia a história humana também em três etapas, onde em cada uma delas predominava um determinado tipo de conhecimento: teológica, metafísica e positiva. Assim, para a influente escola positivista, o modelo de ciência erigido pela revolução intelectual do século XVIII seria o ápice do desenvolvimento do espírito humano, deixando para trás séculos de opressão, ignorância e preconceitos.

Com a leitura de Santos (1989) tem-se uma caracterização geral do paradigma científico moderno: na base de todo o modelo, encontrar-se-ia um profundo corte, uma firme ruptura entre ciência e senso comum. Santos (1989) inclusive sublinha que tal apartação e posterior estigmatização do senso comum nasceram concomitantemente à ascensão da burguesia enquanto classe dominante, após as revoluções liberais do século XVIII. Portanto, a estigmatização e depreciação do saber popular se fez acompanhar da elevação do conhecimento científico ao patamar de único e verdadeiro saber válido.

Seguindo na mesma direção, e permanecendo com Santos (1989), vê-se que tal “corte” é seguido por uma não menor separação radical entre sujeito do conhecimento e objeto de estudos: o primeiro visto como racional, autônomo e livre de superstições e paixões de quaisquer matizes, plenamente capaz de alcançar as verdades “escondidas” nos objetos, estes, sim, sem criatividade, sem responsabilidade, inertes, aguardando para terem suas “verdades reveladas” (SANTOS,1989).

Ademais, outra característica que salta à vista, no paradigma científico moderno, é a total separação entre teoria e prática, sobretudo por

A relação sujeito x objeto nos paradigmas positivista, marxista e institucionalista

ser critério de objetividade do saber científico: o saber válido seria aquele totalmente “neutro”, livre das “paixões”, ideologias e interesses do mundo da práxis (LÖWY, 1994). Com efeito, outra consequência desse traço característico do paradigma científico moderno reside na desresponsabilização do sujeito cognoscente em relação ao uso ou consequências práticas do conhecimento por ele mesmo produzido, ou seja, um possível emprego “irracional” de tal conhecimento científico não estaria mais sob a alçada do sujeito cognoscente, pertencendo, pois, ao mundo da *práxis* (SANTOS, 1989).

Para fechar esta breve apresentação do paradigma científico moderno propugnado pelo positivismo, há de se fazer referência aos ideais de observação empírica e quantificação do objeto de estudos, bem como ao estabelecimento de leis causais a fim de prever o comportamento de um dado fenômeno. Sob a ótica do positivismo, com efeito, esses traços também serviriam enquanto critério de validação do conhecimento produzido.

Enfim, seriam esses também os traços gerais do paradigma científico moderno, herdado e aprofundado pelo positivismo e que, embora originário das ciências naturais e exatas, o positivismo advogava o seu legítimo espraiamento pelas ciências sociais e humanas em geral (LÖWY, 1994).

III. O paradigma marxista e sua crítica ao positivismo: a relação sujeito x objeto no marxismo

Se a filosofia de Augusto Comte simbolizara a cristalização da dominação capitalista moderna, de suas relações sociais e de sua forma mais acabada de saber-poder (FOUCAULT, 2007), Karl Marx e suas obras representarão exatamente o oposto: a crítica mais avançada das relações de produção capitalistas, apontando toda uma série de contradições, antagonismos e iniquidades inerentes a tal modo de produção.

Se Comte via na modernidade capitalista a realização última do espírito humano, a filosofia da história de Marx buscava exatamente o contrário: demonstrar o caráter histórico, datado, do sistema capitalista e de suas principais características, a despeito do que afirmava a economia política daquela época, por exemplo (WOOD, 2003). Capital, divisão do trabalho, livre concorrência, acumulação e etc, seriam construções

históricas e não dados imutáveis da realidade humana, “naturais”, não passíveis de crítica ou superação.

Sendo assim, na tradição epistemológica fundada por Karl Marx, o capitalismo moderno constituiria somente uma, dentre outras, das etapas percorridas pela humanidade na história, passível de superação, ainda que esse sistema tenha cumprido importante papel na história. Essa seria a interpretação presente no seu célebre “Manifesto comunista”. Conforme já mencionado neste trabalho, Santos (1997) constata que, no conjunto do pensamento de Marx, mas em especial no citado manifesto, há certo reconhecimento dos enormes progressos engendrados pelas transformações da modernidade capitalista, ao lado do desfecho de críticas contundentes ao sistema. Marx veria no capitalismo importantes avanços quando comparado aos modos de produção anteriores (MARX, 1982).

O pensamento de Marx e de alguns de seus ditos seguidores, por exemplo, Lênin, via na constituição da modernidade capitalista, enquanto aspecto positivo desta, a superação das superstições, do pensamento teológico, das opressões de cunho extraeconômico (religiosa, política, tradicional), ao lado do desenvolvimento sem precedentes das forças produtivas e do conhecimento científico em geral. Por outro lado, o mesmo Marx, em seus manuscritos *econômico-filosóficos*, do ano de 1844, sublinha a congênita incapacidade do modo de produção capitalista em promover ou efetivar a promessa iluminista de um mundo de razão, progresso e direitos para todos. Logo, conforme já citado linhas atrás, Marx é um partidário das bandeiras e aspirações do iluminismo, embora enxergasse no sistema capitalista moderno e suas relações de produção e exploração a principal barreira à realização de tais ideais (SANTOS, 1997).

Embora Marx houvesse sido um entusiasta das potencialidades emancipatórias do conhecimento racional, calcado nas ciências e na filosofia modernas (BERNARDO, 1991), não deixou de endereçar críticas ao paradigma científico soerguido por essa mesma modernidade.

Para começar, a tradição epistemológica fundada por Marx se baterá contra a transposição *tout court* do modelo das ciências exatas e naturais para as ciências humanas ou sociais proposta pelo positivismo, de acordo com Löwy (1994). O marxismo, assim como Max Weber, reafirma a especificidade do objeto de estudos das ciências humanas e sociais perante as demais ciências: não existiria um corte nítido e radical entre sujeito e objeto tal qual nas ciências naturais ou exatas, na medida em que, nas

A relação sujeito x objeto nos paradigmas positivista, marxista e institucionalista

primeiras, objeto de estudos e sujeito do conhecimento pertenceriam ambos à mesma “espécie”, ou seja, seres humanos em suas relações sociais. Diferente das demais ciências, onde é possível a separação entre sujeito (homens) e objeto (natureza), não há como, nas ciências sociais, tratar o objeto de estudos com total distanciamento e “neutralidade”, ou seja, livre de juízos de valor e de ideologias. Também por isso a “neutralidade” advogada pelo positivismo no estudo dos fatos sociais (como o desejava Émile Durkheim, seguidor da tradição positivista) se mostraria impossível de obter (LÖWY, 1994).

Muito provavelmente teria sido essa a principal contribuição do paradigma marxista à sociologia do conhecimento: a noção de que não há, sobretudo nas ciências sociais ou humanas, conhecimento neutro. Assim, Marx inaugura um modo de ver no qual produção de conhecimento e ideologia não se excluem⁵, reafirmando a inelutável raiz social de todo conhecimento. Sem embargo, toda produção de conhecimento carregaria consigo as marcas da inserção social, cultural, política e econômica do sujeito cognoscente.

Como não poderia deixar de ser, em se tratando do paradigma fundado por Karl Marx, a posição de classe social do sujeito seria o determinante na produção do conhecimento científico, tal como vemos em Löwy (1994). Nesses termos, lembrando Kosik (1976), sob a modernidade capitalista, a perspectiva operária seria aquela mais bem aquinhoadada para alcançar a “verdade” dos fatos, o ponto de vista a partir do qual melhor se alcançaria a essência dos fatos por de trás de suas aparências. Com efeito, o sujeito cognoscente que se situasse a partir dos interesses políticos, econômicos e culturais do proletariado estaria mais apto ao alcance da verdade dos fatos sob a modernidade capitalista.

Entretanto, Löwy (1994) explica que as demais perspectivas de classe também podem produzir algum conhecimento válido. Ainda que, por exemplo, as perspectivas burguesa ou pequeno burguesa possuam limitações inerentes à sua situação de classe, podem obter avanços parciais na busca da “verdade”. Também em Löwy (1994) encontra-se um exemplo elucidativo dessa limitação de classe na busca da verdade científica: David Ricardo, clássico da economia política e influenciador do pensamento de

⁵ Ideologia, aqui, tem o significado de visão de mundo, sistema de ideias e conjunto de crenças, diferente de “ideologia” enquanto falsa ideia da realidade.

Marx, embora situado a partir da perspectiva de classe burguesa, foi capaz de observar algo do mecanismo de extração de sobretrabalho pelo capital, sem que, no entanto, considerasse isso uma relação de exploração, mas, sim, como uma relação natural e imutável.

Desse modo, a perspectiva operária possibilitaria um conhecimento mais acurado da realidade social capitalista em razão dessa classe não possuir quaisquer interesses ou realidades a mascarar, a falsear, diferente da burguesia, quando ainda classe revolucionária, que pôde chegar ao poder prescindindo de um completo conhecimento da realidade. Sem embargo, a classe operária não teria interesses particularistas a serem ocultados de todo o mundo, sendo seu objetivo último a dissolução de todas as classes sociais (Löwy, 1994). Seriam essas as razões que levaram o paradigma marxista a considerar a perspectiva operária aquela *potencialmente* melhor situada no processo de busca do conhecimento da “verdade”. Aqui, ganha destaque o termo “potencialmente” porque somente a adoção da perspectiva de classe operária não garante, automaticamente, o alcance da “verdade”, influenciando nesse processo também outros fatores, como, por exemplo, a capacidade do sujeito do conhecimento, seu preparo e etc.

Muito ligado ao que foi posto nos parágrafos acima, Löwy (1994) também aborda a distinção que Marx faz entre “clássicos” e “vulgares”: “clássicos” seriam aqueles pesquisadores que, mesmo situados numa perspectiva de classe burguesa, norteariam seus estudos sobretudo pela busca da “verdade”, ao passo em que os chamados “vulgares” seriam aqueles capazes de pôr o exercício da atividade científica diretamente a serviço de interesses extracientíficos.

Continuando a análise da relação entre sujeito e objeto no paradigma marxista, não se pode deixar de sublinhar que o objeto, nessa tradição, é visto como uma soma de aparência e essência, cabendo ao conhecimento científico-filosófico a tarefa de descobrir a essência dos fatos (KOSIK, 1976). Ainda de acordo com essa tradição, a aparência dos fatos teria a sua importância no processo científico de conhecimento da “verdade”, pois sem ela, seria quase que impossibilitado o acesso ao completo conhecimento do real, formado por aparência mais essência. Segundo Kosik (1976), tem-se um conhecimento inadequado da realidade quando se ignora a essência dos fatos e se considera somente a aparência

A relação sujeito x objeto nos paradigmas positivista, marxista e institucionalista

(como o faz o senso comum), assim como há erro quando se desconsidera por completo a aparência, numa atitude “pseudocientífica”.

No mais, se no paradigma positivista o sujeito cognoscente deveria almejar a descoberta das leis “naturais” que regeriam o mundo social a fim de conformar suas ações a essas leis e, desse modo, obter a melhor (a mais “natural”) ordem social, já na tradição fundada por Karl Marx, encontrar a “verdade” dos fatos sociais através da ciência deveria contribuir para a ação transformadora da realidade, ou seja, a teoria científica guiaria a melhor prática política no sentido da superação do sistema capitalista e concomitante construção de uma nova ordem, socialista e autogestionária.

IV. O paradigma institucionalista: a relação sujeito x objeto a partir do institucionalismo

Se o paradigma marxista significou um primeiro movimento de crítica do campo científico cuja origem remonta ao alvorecer da modernidade capitalista, que teve sua consolidação no paradigma positivista, daqui para frente ver-se-á que a citada teoria crítica representou apenas um passo em direção a uma necessária crítica da teoria e da prática científicas enquanto relações de poder e dominação (FOUCAULT, 2007). Assim sendo, caberá ao institucionalismo dar o passo seguinte nesse progressivo movimento de reflexão e crítica do campo científico, ampliando o seu escopo, pondo em questão ideias e práticas até então inquestionáveis, seja para o conservador positivismo, seja para o revolucionário marxismo.

Em verdade, conforme encontrado implícita ou explicitamente em Baremlitt (2002) e Lourau (1993), o institucionalismo é fruto do acúmulo de saberes, reflexões e experiências de várias disciplinas em torno de meados do século XX: sociologia, psicologia, psicanálise, pedagogia, entre outras. Ou seja, embora representando um avançado movimento de autocrítica do campo científico, esse mesmo institucionalismo se nutre de parte daquilo que foi antes produzido pela própria ciência tradicional. Ademais, Baremlitt (2002) adverte que o movimento institucionalista é constituído por uma série de escolas e tendências distintas entre si⁶, mas que teriam em comum o seguinte objetivo e princípio norteador:

⁶ O próprio Baremlitt (2002) tratou de listar três, dentre aquelas que alcançaram maior notoriedade: sociopsicanálise, esquizoanálise e análise institucional.

“propiciar, apoiar e deflagrar nas comunidades, nos coletivos e conjuntos de pessoas processos de autoanálise e de autogestão” (Baremlitt, 2002, p.14).

O movimento institucionalista nasce a partir da seguinte interpretação acerca da modernidade capitalista: o avanço obtido em termos de conhecimentos científicos e tecnológicos em níveis nunca antes vistos nas antigas formações sociais acabou dando origem também a uma nova forma de dominação das massas, que viram seu senso comum e seus conhecimentos cotidianos serem desqualificados em detrimento do império da razão e do cientificismo (BAREMLITT, 2002).

Então, a modernidade instaura um estado de coisas no qual a sorte cotidiana de um sem número de pessoas passa a ser gerida pelos “especialistas”, por aqueles que, dominando alguma parte do conhecimento científico, são chamados a decidirem sobre alimentação, habitação, vestuário, transporte, em suma, de todo um povo, para quem resta tão somente curvar-se às determinações dos *experts* (BAREMLITT, 2002).

Assim sendo, o movimento institucionalista possuiria enquanto objetivo principal promover uma inversão da realidade acima descrita mediante a instauração de processos de autoanálise em comunidades, grupos, instituições e coletivos, visando, em última instância, a instituição da autogestão em tais coletivos. Por esse caminho, as comunidades ver-se-iam restituídas em parte de seus poderes de decidirem, autonomamente, acerca de suas próprias vidas, sem as imposições do especialista. Porém, isso não significa que, na visão institucionalista, o especialista não tenha importância: na realidade, este deixa de desempenhar um papel diretivo na condução da vida coletiva para assumir uma posição consultiva, em apoio às comunidades a partir de então autogeridas, conforme em Lourau (1993).

Na base de todo o movimento institucionalista parece estar um radical movimento de autoanálise das próprias práticas científicas (sejam positivistas ou conservadoras, sejam aquelas ditas marxistas ou críticas), haja visto que expressam relações de poder e dominação, tal qual denunciado por Foucault (2007). Dentro desse panorama, acaba sobressaindo a questão da relação entre o senso comum e o conhecimento científico, igualmente pensado desde uma perspectiva crítica.

Assim, as práticas científicas engendradas sob os auspícios do institucionalismo, tais como a análise institucional ou socioanálise e a

A relação sujeito x objeto nos paradigmas positivista, marxista e institucionalista

pesquisa-intervenção, tentam promover certa subversão da mencionada relação entre senso comum e conhecimento científico, coisa que vai diretamente ao encontro da questão da relação entre sujeito e objeto do conhecimento.

Na análise institucional, ou socioanálise, tal qual explicada por Lourau (1993), tem-se um coletivo, comunidade ou instituição que, por motivo determinado⁷, solicitaria o trabalho de análise do grupo a um *analista*, ou seja, um “especialista” cujo objetivo consistiria em facilitar, estimular e dinamizar o processo de autoanálise do grupo solicitante⁸. Tal processo se daria através de ampla discussão coletiva que colocasse em análise inquietações, contrariedades, (in) satisfações, problemas, desejos, dúvidas e etc, de todos e de cada integrante da instituição. Lourau (1993) ainda refere que esse processo de autoanálise coletiva poderia ser posto em prática através de formas variadas, embora o mesmo autor enfatize a realização de assembleias gerais para tanto. Essas assembleias, ou outros dispositivos com a mesma finalidade, ganham a denominação de *analísadores*, que podem ser “artificiais” ou “naturais”: as primeiras englobariam as assembleias e outros dispositivos forjados unicamente para a realização da autoanálise, ao passo em que o segundo tipo corresponderia a grandes eventos históricos que acabam servindo como autoanálise de sociedades inteiras, vide a revolução francesa, citada por Lourau (1993).

Entretanto, a análise institucional não se propõe apenas a desencadear processos de transformação de grupos e instituições rumo à autogestão, mas visa, concomitantemente, a produção de conhecimento nesse mesmo íterim⁹. Trata-se de um ponto muito caro à análise institucional: a defesa da radical indissociabilidade entre teoria e prática, condensada na máxima “transformar para conhecer” (MONCEAU, 2005). Essa ideia deseja, ao menos implicitamente, contrariar a bem conhecida assertiva de inspiração marxiana do “conhecer para transformar”, também presente indiretamente nas chamadas “Teses sobre Feurbach”, quando Marx (1982b) escreve: “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de

⁷ Isto seria o que o mesmo Lourau (1993) e outros chamam de *demandas*.

⁸ A partir da leitura de Lourau (1993), tais grupos poderiam ser uma empresa, uma escola, uma associação, uma comunidade e etc.

⁹ Escreveu Monceau (2008): “A ideia era que o funcionamento de autogestão de certos grupos permitia analisar as instituições e seus modos de gerenciamento instituídos e burocratizados.” (p.20).

maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo (p.3)". Até a constituição do "campo de coerência" da análise institucional (LOURAU, 1993), as tradições positivista e crítica, cada uma à sua maneira, sempre mantiveram a separação formal entre teoria e prática, mesmo que a teoria fosse erigida com vistas a, cedo ou tarde, orientar a prática (AGUIAR e ROCHA, 2007).

Diferente da pesquisa tradicional, a análise institucional não opera com a separação formal entre um momento da prática e outro da teoria, mas compreende que é se imiscuindo na prática cotidiana que se torna muito mais possível e fecunda a tarefa de pesquisa, de produção do conhecimento. A partir do momento em que se inicia um processo de autoanálise de um grupo ou instituição, torna-se mais fácil a produção de conhecimento sobre tal coletivo, seu modo de funcionamento, sua dinâmica, contradições, consensos e etc.

Ademais, na chamada *pesquisa-intervenção* parece ocorrer o mesmo: uma verdadeira "diluição da fronteira" entre teoria e prática. Heckert e Barros (2010) nos fornecem um belo exemplo de pesquisa desse tipo ao relatarem uma pesquisa sobre a saúde do professor na rede pública de educação do estado do Espírito Santo; ao mesmo tempo em que se fazia uma pesquisa, um ato de produção de conhecimento, se mobilizavam os professores na construção cotidiana de políticas públicas alternativas ao problema do adoecimento no trabalho. Monceau (2005) também aborda a temática da pesquisa-intervenção enquanto produção de conhecimento e intervenção na realidade social a um só tempo. A respeito de ser a intervenção um momento propício para a produção de conhecimento, Monceau (2005) assinala: "Por haver transformações, interações pesquisadores-práticos e até mesmo perturbação da prática comum pelo dispositivo da pesquisa é que a compreensão progride" (p.474).

Voltando à relação entre sujeito cognoscente e objeto do conhecimento, o paradigma institucionalista produz uma profunda diferenciação com relação ao modelo de ciência tradicional, ao desconstruir a separação formal entre sujeito e objeto, tal qual observada nas tradições positivista e marxista vistas páginas atrás. Na análise institucional, o sujeito cognoscente não detém o monopólio do discurso sobre o objeto, mas atua em parceria com este último na produção de um saber coletivo, mas que será absorvido de acordo com os objetivos e interesses de cada um, "sujeito" e "objeto" (MONCEAU, 2005). Chama a atenção o fato de, na

A relação sujeito x objeto nos paradigmas positivista, marxista e institucionalista

análise institucional, o objeto deixar de ser aquele ente “desresponsabilizado” e “subordinado”, como o descrevera Santos (1989), para tornar-se parte ativa e dinâmica no processo de transformação da realidade e produção de conhecimento.

Por outro lado, o próprio sujeito cognoscente se faz também “objeto de análise” a partir do momento em que se procede à análise de sua *implicação*. Lourau (1993) a define como “a análise do lugar que ocupamos no mundo”, enquanto Monceau (2008) afirma que é “a relação que indivíduos desenvolvem com a instituição”. Desse modo, segundo Lourau (1993), as implicações podem ser de ordem econômica, política, libidinal, entre outras possibilidades. O próprio sujeito do conhecimento passa a objeto de análise pelo coletivo, explicitando o “lugar” ocupado pelo pesquisador, em quaisquer daqueles aspectos citados, algo que não aparece nos tradicionais modelos de pesquisa, nos quais o sujeito do conhecimento precisa, inapelavelmente, assumir uma postura supostamente impessoal, centrando-se sobre o seu objeto de estudos.

Por último, não dá para esquecer de mencionar a superação do caráter estático do sujeito e do objeto de estudos na análise institucional; calcado na máxima “transformar para conhecer”, o modelo de produção de conhecimento efetivado pelo paradigma institucionalista exhibe um objeto de estudos em construção, num movimento de fazer e refazer-se, se transformando, diferente da concepção tradicional de um objeto “estático”, dado, “parado”, à espera de ser elucidado pelo sujeito. Inclusive, é aí que entra o método da cartografia, de acordo com Barros e Barros (2013):

Considerando que cartografia é um método de pesquisa-intervenção (...) e está ligada ao acompanhamento de processos (...) Ao promover intervenção, o processo de pesquisa faz emergir realidades que não estavam “dadas”, à espera de uma observação. Além disso, há uma temporalidade na emergência dessas realidades, isto é, há um processo cujo término não coincide necessariamente com a conclusão do cronograma de pesquisa (...) a direção da cartografia é a de dissolver o ponto de vista para o qual surge de maneira correlata, uma realidade supostamente

dada em si mesma e dotada de substancialidade (p.374).

A cartografia seria, pois, um método de pesquisa-intervenção mais apto a acompanhar o desenrolar do processo de (des)construção de uma dada realidade, desencadeado pela própria pesquisa.

V. Conclusões

A modernidade capitalista nasceu e trouxe consigo, sob seu signo, um determinado modelo de ciência. Este, ao contrário daquilo que fora propagandeado pelo discurso moderno, nada tinha de “desinteressado” ou “neutro”, mas já nascera permeado ou atravessado pela lógica das novas relações de poder e dominação que então se cristalizavam a partir das revoluções liberais-burguesas e da hegemonia das relações de produção capitalistas. É dentro dessa moldura que surgirá um determinado modelo de ciência, tipo que deitará raízes ao longo de toda a época moderna até os dias atuais.

Já o pensamento positivista representou o apogeu do modelo de ciência constituído pela modernidade. Uma ciência constitutiva de relações de poder e dominação. No modelo de ciência consagrado pelo positivismo, a relação entre sujeito e objeto é a mesma válida tanto para as ciências naturais quanto para as ciências sociais. Originada e desenvolvida em um contexto de luta contra a ingerência da coroa e da igreja sobre a produção de conhecimentos, a ideia de uma ciência natural neutra foi meramente transplantada para as ciências sociais pelo positivismo (LÖWY, 1994). Assim sendo, existiria, de um lado, o sujeito cognoscente, racional, autônomo e livre, e, de outro, o objeto de estudos, desresponsabilizado, inerte, aguardando para que suas “leis naturais” fossem “descobertas” pelo sujeito cognoscente.

Logo, tal “desenho”, inerente ao modelo de ciência tradicional, estaria diretamente ligado àquilo que Santos (1989) chamou de “primeiro corte epistemológico”: trata-se do processo de construção do domínio científico *pari passu* à depreciação do senso comum ocorrido a partir da série de transformações ocorridas no século XVIII. Com efeito, ao sujeito do conhecimento, naturalmente os *experts*, caberia o novo “monopólio” da “verdade”, restando às massas um papel meramente passivo, à espera das orientações do especialista (AGUIAR e ROCHA, 2007).

A relação sujeito x objeto nos paradigmas positivista, marxista e institucionalista

Posteriormente, Marx inaugura uma nova tradição epistemológica, radicalmente crítica das relações de produção capitalistas, embora ainda partidária dos princípios e promessas oriundas do iluminismo e da modernidade, segundo Santos (1997). Em sua crítica, Marx e seus pretensos seguidores não pouparam ataques ao modo de produção capitalista, bem como à expressão filosófica desse sistema, o positivismo. O marxismo levantou-se principalmente contra o tão decantado mito da neutralidade científica, (re)colocando a própria produção do conhecimento na teia de relações sociais, políticas e econômicas que perpassam uma sociedade.

Contudo, a tradição inaugurada por Marx, ao menos inicialmente, se mostrou incapaz de questionar outros aspectos do modelo científico tradicional, sobretudo a separação total entre sujeito cognoscente e objeto do conhecimento. Caudatário dos princípios fundamentais da filosofia iluminista, deixou intocada a separação básica entre um sujeito racional, autônomo e livre, de um lado, e, de outro, o objeto de estudos, desresponsabilizado, subordinado e passivo.

O paradigma marxista mantém vivo o domínio dos *experts*, ainda que tenha passado a considerar o senso comum como um aspecto a ser considerado ao se estudar um dado fenômeno, conforme Kosik (1976). Ao manter o desenho básico entre sujeito e objeto, também acaba por manter a separação formal entre teoria e prática, sustentando a primazia da teoria que orienta a prática.

Assim, o paradigma institucionalista veio a constituir um terceiro momento na crítica ao cientificismo moderno enquanto expressão de relações de poder e dominação. Se o marxismo significou um passo inicial importantíssimo no combate à filosofia positivista enquanto discurso reificador da dominação moderna, o mesmo marxismo se mostrou limitado na observação da relação entre sujeito e objeto do conhecimento.

Assim, a análise institucional e sua crítica da prática científica tradicional, englobando tanto o positivismo quanto o marxismo, foi capaz de ver na separação formal entre sujeito e objeto um dos pilares sobre o qual se assenta o saber científico enquanto fonte de poder e subordinação das massas. Sem embargo, mostrou-se capaz de, a partir dessa crítica, dar origem a novas práticas de pesquisa, onde relativiza-se a apartação entre sujeito e objeto, fazendo do sujeito, o “especialista”, parte do objeto de estudo, e do objeto também sujeito cognoscente, seja na socioanálise, seja na pesquisa intervenção. Além do mais, a análise institucional também

conseguiu pôr termo à disjunção entre teoria e prática, realmente unindo, em um só momento, teoria e prática transformadora.

Com efeito, as consequências políticas e sociais do avanço da crítica à prática científica tradicional levada a cabo pela análise institucional são de grande valia para aqueles que sonham com a construção de uma nova ordem social, socialista e autogestionária. Nela está contida, em germe, a superação do papel dominante do especialista enquanto monopolizador da “verdade” e, conseqüentemente, “guia” iluminado das massas, ao mesmo tempo em que dá os primeiros passos em direção ao (re) empoderamento das massas, na medida em que estas deixam a passividade de “objeto” para tomarem parte ativa na construção do conhecimento sobre seus problemas, desejos, dúvidas e outras coisas que afetem diretamente sua vida cotidiana.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Kátia Faria de; ROCHA, Marisa Lopes da. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. *Psicol. cienc. prof.*, [online]., vol.27, n.4, pp. 648-663, 2007.

ALMEIDA, Everton W. Capitalismo, socialismo e direito à liberdade. Sobre a questão da indissociabilidade dos direitos de cidadania. *Revista eletrônica Arma da crítica*, n.5, p.94-118, 2014.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes/Editora UNB, 1990.

BARROS, Leticia M. R. e BARROS, Maria E. B. de, O problema da análise em pesquisa cartográfica. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, Aug. 2013. Acessado em 01.09.2014. Disponível em: <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/issue/view/v25n2>

BAREMBLITT, Gregório. *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

A relação sujeito x objeto nos paradigmas positivista, marxista e institucionalista

BURNS, Edward M. *História da civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1959.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 24ª ed. São Paulo, Graal, 2007.

HECKERT, Ana Lucia C.; BARROS, Maria E. Barros de. Desafios metodológicos para a pesquisa no campo da psicologia: o que pode uma pesquisa? In: MACHADO, Adriana M., FERNANDES, Ângela M. D. e ROCHA, Marisa L. da (orgs.). *Novos possíveis no encontro da psicologia com a educação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

HOBBSBAWN, Eric. *A Era das revoluções*. Europa 1789-1848, 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 4ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LOURAU, René. *Análise Institucional e Práticas de Pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

LOWY, Michel. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 5ª ed. revista. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

MACHADO, Roberto. Introdução. In.: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 24ª ed. São Paulo: Graal, 2007.

MARX, Karl. O manifesto comunista In: _____ *Obras escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante, 1982.

_____. Teses sobre Feurbach. In: _____. *Obras escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante, 1982b.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

MONCEAU, Gilles. Transformar as práticas para conhecê-las: pesquisa-ação e profissionalização docente. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3,

p. 467-482, set./dez, 2005. Acessado em 28.08.2014 Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a10v31n3>

_____. Implicação, sobreimplicação e implicação profissional. *Fractal Revista de Psicologia*, n. 1, v. 20, 2008. Acessado em 28.07.2011. Disponível em: <http://www.scientificcircle.com/pt/84494/implicacao-sobreimplicacao-profissional/>

NOVAES, Henrique T. *O fetiche da tecnologia. A experiência das fábricas recuperadas*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

POLANYI, Karl. *La gran transformación. Los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo*. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia; OLIVEIRA, M. G. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SANTOS, Boaventura S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. *Pelas mãos de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez editora, 1997.

SINGER, Paul. *Uma Utopia Militante. Repensando o socialismo*. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

TRINDADE, José Damião de Lima. *História social dos direitos humanos*. 2ª ed. São Paulo: Editora Petrópolis, 2006.

WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo. A renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

Recebido em:

15.05.2015

Aprovado em:

21.06.2015